NÃO AS ARMAS PARA ATROCIDADES

Com um Tratado de Comércio de Armas 'robusto', que proíba transferências que ajudem a violar direitos humanos, "as forças de segurança teriam de cumprir a nível nacional as normas internacionais do uso da força, senão não teriam acesso a mais gás lacrimogéneo, nem a outras armas", refere Alberto Estevez. Seria assim cortado o fluxo que alimenta muitos governos e grupos armados, salvando cerca de 55.000 pessoas todos os anos (número estimado de vítimas anuais da violência armada perpetuada pelas forças governamentais e grupos armados organizados, excluindo a violência armada por parte de civis e grupos armados informais, que referimos em seguida).

… as armas continuam a contribuir para a violência armada

Os números falam por si: quase 200.000 pessoas foram, em 2010, mortas com armas de fogo disparadas por indivíduos ou gangues/grupos armados informais, revela a *Amnistia Internacional*. A iniciativa diplomática *Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento* prefere falar em 740.000 assassinatos anuais consequência da violência armada, indicando que "nove em cada 10 mortes violentas ocorre em locais onde não há conflitos"[11]. Seja qual for o verdadeiro número, importante é perceber que há uma só protagonista: a arma de fogo, responsável por 42% dos homicídios ocorridos em todo o mundo, releva o *Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime*[12].

Uma delas terá morto Mateo López, da Guatemala, assassinado em 2010 por dois homens que seguiam de mota. Nas Américas encontram-se, efetivamente, os países com mais mortes violentas registadas, muitas vezes associadas ao crime organizado[13], mas pensar que o Oceano Atlântico é suficientemente grande para poupar Portugal a esta realidade, é pura utopia. Um estudo realizado pelo *Núcleo de Estudos para a Paz, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra*, afirma que "por semana morrem em Portugal pelo menos duas pessoas vítimas de arma de fogo"[14]. A analista norte-americana do *Center for Defense Information*, Rachel Stohl, acrescenta que a existência de armas leva a que tensões diárias que seriam resolvidas de forma não violenta se transformem em violência[15].

Tudo isto pode mudar com um Tratado de Comércio de Armas "robusto", explica Alberto Estevez: "uma das propostas que temos para o documento é que os Estados tenham em conta o número de homicídios nos países, ou melhor, que países que tenham uma violência endémica não recebam armas". Só assim se pode 'apagar' os números com que começámos este texto.

… as armas continuam a ser usadas para recrutar crianças-soldado

Há menos de 100 anos era impensável as crianças serem usadas como soldados. Não por maior respeito pelos seus direitos, mas porque o armamento era tão pesado que um menor não o conseguiria usar ou manejar. Os avanços tecnológicos vieram mudar tudo isto, com as armas a ficarem cada vez mais pequenas, ligeiras e simples de utilizar. Radhika Coomaraswamy, perita das Nações Unidas para questões de crianças e conflitos armados, afirma que em 40 minutos um menor consegue aprender a disparar uma *Kalashnikov* (AK-47), a arma mais comum no mundo[16].

Tudo isto levou ao incremento do uso de crianças – normalmente com idades entre os 14 e os 18 anos, mas podendo ter apenas nove – como soldados, cozinheiros, mensageiros, espiões, escravos sexuais, suicidas, escudos humanos, entre outras utilizações, seja pelas forças governamentais ou pelos grupos armados, seja em tempos de paz ou de conflito. Uma realidade que começou a mudar em 2002, quando entrou em vigor o Protoloco Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados, do qual fazem parte 147 Estados. Revela a *Coalition to Stop the Use of Child Soldiers* que desde então menos governos têm colocado menores em cenários de guerra[17], porém, "no que diz respeito a grupos armados não estatais (…) apesar de alguns exemplos de progresso, a situação mantém-se, no essencial, inalterada: o recrutamento e uso de rapazes e raparigas por grupos armados continua generalizada"[18].

Um Tratado de Comércio de Armas "robusto" iria controlar as transferências de armas – procurando impedir que vão parar às mãos erradas – e bloquear o acesso a armamento a governos que violem a lei internacional ao recrutarem menores de 18 anos para cenários de guerra. Só assim mais crianças podem, simplesmente, ser crianças.

10 Foram eles: Autoridade Palestiniana, Bielorrússia, China, Coreia do Norte, Emirados Árabes Unidos, Iémen, Somália e Vietname.
11 Folheto informativo da Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento.
12 *Global Study on Homicide 2011: Trends, Contexts, Data*, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.
13 *Global Burden of Armed Violence 2011*, Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento.
14 "Violência e armas ligeiras: um retrato português", estudo realizado entre 2007 e 2010 pelo Núcleo de Estudos para a Paz, do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, publicado no *P@X Boletim* de 15 de dezembro de 2010.
15 *"Targeting Children: Small Arms and Children in Conflict"*, Rachel Stohl, The Brown Journal of World Affairs, 2002.
16 Radhika Coomaraswamy, perita das Nações Unidas para questões relacionadas com crianças e conflitos armados, ao *UN News Service* (www.un.org).
17 Entre 2004 e 2007 fizeram-no o Chade, Iémen, Israel, Mianmar, Reino Unido (na situação específica do Iraque, em 2005, para onde foram destacados jovens com 16 anos), República Democrática do Congo, Somália, Sudão e Uganda. *Relatório de 2008*, Coalition to Stop the Use of Child Soldier.
18 Indica o Relatório de 2008 da Coalition to Stop the Use of Child Soldier que os países onde as crianças foram recrutadas e usadas por paramilitares, milícias, forças de defesa civis e grupos armados, entre 2004 e 2007, foram: Afeganistão, Burundi, Butão, Chade, Colômbia, Costa do Marfim, Filipinas, Haiti, Índia, Indonésia, Iraque, Israel/Autoridade Palestiniana, Líbano, Libéria, Mianmar, Nepal, Nigéria, Paquistão, Quénia, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, Somália, Sri Lanka, Sudão, Tailândia e Uganda.

… as armas continuam a 'empurrar' os migrantes

No final de 2010 o *Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados* referia, no seu *Statistical Yearbook*, que havia, em todo o mundo, 43,3 milhões de deslocados internos e refugiados devido a conflitos armados e perseguição. A maioria provém do Afeganistão, seguido do Iraque, ou seja, de países em guerra. No entanto, acrescenta Rachel Stohl, mesmo quando os conflitos terminam "os refugiados têm muitas vezes medo de regressarem às suas casas pela grande quantidade de armas que continuam nas mãos de ex-combatentes, que não foram desmobilizados, ou porque continua a haver armas escondidas"[19]. Até porque todos os refugiados e deslocados sentiram já na pele o poder ilimitado de alguém que possui uma arma. Um Tratado de Comércio de Armas "robusto" iria permitir controlar as transferências de armas e saber quantas continuam em circulação após os conflitos, bem como em que mãos elas estão. Um documento assim protegeria mais os refugiados e deslocados do que as tendas dos campos onde permanecem anos a fio.

… as armas continuam a ser usadas para a violência de género

Sábado, 18 de dezembro de 2010: "Levaram-me, com outras cinco mulheres, para uma casa. Era manhã. Estavam lá três homens. Disseram-nos que nos despíssemos. Recusei-me. Um deles bateu-me. Disse-lhe que isso não era humano. E ele disse: 'já vamos ver isso'. Puxou de uma arma e eu tive de ceder. Os três homens violaram-nos", contou à Amnistia Internacional uma mulher da Costa do Marfim, que preferiu o anonimato. Uma história que, infelizmente, se banalizou em muitos conflitos armados, uma vez que a violência sexual é, efetivamente, uma tática de guerra, que serve para humilhar, dominar, espalhar o medo, dispersar e/ou deslocar civis, refere a resolução 1820, de 19 de junho de 2008, do Conselho de Segurança das Nações Unidas. São disso exemplo a Libéria (1989 a 2003), a Bósnia (1991 a 1995), o Ruanda (1994), a Serra Leoa (1991 a 2002), a República Democrática do Congo, desde os anos 90 e o Darfur, no Sudão. Em todas estas situações as armas são usadas para obrigar as vítimas a ceder e manter os maridos e familiares impotentes.

Não se pense, no entanto, que as armas só contribuem para a violência de género em tempo de guerra. Embora os números da *UMAR-União de Mulheres Alternativa e Resposta* refiram que 'apenas' 30% dos homicídios de mulheres ocorre com arma de fogo (a maioria tem recurso a arma branca)[20], "quando existe uma arma em casa, as mulheres ficam três vezes mais expostas a mortes violentas. Os perpetradores são muitas vezes os esposos ou companheiros (...). Além disso, por cada mulher assassinada ou ferida com arma de fogo, muitas outras são ameaçadas", revela o *OGiVA-Observatório sobre Género e Violência Armada, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra*[21]. A mesma fonte indica que as armas usadas estão, na sua maioria, legais e que "a probabilidade de uma arma de fogo em casa ser usada para intimidar ou ferir membros da família é superior à sua utilização contra possíveis intrusos".

Um Tratado de Comércio de Armas "robusto" iria impedir os Estados de colocarem mais armas em países como a República Democrática do Congo, onde são usadas para violar os direitos humanos das mulheres. Em termos de violência doméstica, a obrigatoriedade de apresentar alguns números publicamente, como o de homicídios, iria envergonhar alguns Estados e levá-los a controlar mais fortemente o licenciamento de armas.

… as armas ajudam a perpetuar a pobreza

Numa altura de crise económica a situação na Grécia está na 'boca do mundo', seja pela repressão policial, pela crise, pelas medidas impostas, pelo dinheiro que deve, ou, evidencie-se, pela polémica compra de quatro submarinos à alemã *ThyssenKrupp*, em 2000, e posterior contrato de melhoria de três submarinos, em 2002. Daniel Cohn Bendit, deputado no Parlamento Europeu, acrescentou em 2010 que a Grécia tinha comprado uns meses antes seis fragatas e helicópteros a França. Andrew Feinstein explica a polémica: "alguns relatórios revelam que na negociação da dívida na Grécia, a França e a Alemanha, de forma direta, e os Estados Unidos da América, indiretamente, estão a dizer ao governo grego que tem de cortar na educação, na saúde e nos benefícios sociais, na ordem dos 30/40%, mas não pode cortar na defesa mais de 10%. Isto porque os três países são os principais fornecedores de armas da Grécia, que é o maior comprador de armas da União Europeia (por causa da relação com a Turquia)".

Refira-se que até 2010 a Grécia tinha gastos militares na ordem dos 4% do seu Produto Interno Bruto (PIB) (e em anos anteriores 7%), sendo então o quinto maior importador de armas do mundo, revela o *SIPRI*[22]. A média de despesas com defesa na União Europeia é de 2% do PIB, o que para alguns analistas é muito em tempo de crise, enquanto para os governos é uma questão de segurança interna. Andrew Feinstein é um dos críticos: "na África do Sul gastámos cerca de 10 mil milhões de dólares em armas de que não precisávamos e que mal usámos. (...) Mesmo que haja ameaças, o equipa-

19 *"Targeting Children: Small Arms and Children in Conflict"*, Rachel Stohl, The Brown Journal of World Affairs, 2002.
20 "OMA – Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR: Dados preliminaries 2011", União de Mulheres Alternativa e Resposta.
21 "Desarmar a violência doméstica na Semana de Ação Global Contra a Violência Armada", artigo de opinião do OGiVA-Observatório sobre Género e Violência Armada, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, junho de 2009.
22 Atualmente a Grécia não está sequer nos 10 principais investidores em meios militares (um dado que inclui despesas com pessoal, formação, armas, entre outros) do mundo, que são, por ordem: Estados Unidos da América, China, Rússia, Reino Unido, França, Japão, Índia, Arábia Saudita, Alemanha e Brasil, revela o *SIPRI Yearbook 2012: Armaments, Disarmaments and Internatinal Security: Summary*, SIPRI-Stockholm International Peace Research Institute, 2012.
23 O relatório *"Military expenditure by country, in local currency, 1988-2011"*, do SIPRI- Stockholm International Peace Research Institute, revela que nas datas analisadas três países do mundo apenas não tinham gasto dinheiro com os meios militares: Costa Rica (único que tem esta posição desde 1988), Haiti (desde 1996) e Panamá (desde 2000).
24 *Conventional Arms Transfers to Developing Nations, 2003-2010*, Richard F. Grimmett, Congressional Research Service, 22 de setembro de 2011.
25 *Global Study on Homicide 2011: Trends, Contexts, Data*, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.

QUEM TERÁ MAIOR PESO?

PORTUGAL E O NEGÓCIO DE ARMAS

Pelo menos duas pessoas morrem por semana em Portugal vítimas de arma de fogo, revela o *Núcleo de Estudos para a Paz do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra*, que entre 2007 e 2010 realizou o estudo "Violência e armas ligeiras: um retrato português". Em média, são 104 mortos, todos os anos, devido a armas (86% deles homens). Acrescenta o *Relatório Anual de Segurança Interna 2010*, do *Sistema de Segurança Interna*, que mesmo assim o número de homicídios com recurso a arma de fogo tem vindo a diminuir, tendo em 2010 sido usada em 34% dos assassinatos. Bem mais elevados são os números relativos aos feridos com arma de fogo: 2.047 entre 2003 e 2009, em média, quase 300 pessoas por ano. Acrescenta o *Núcleo de Estudos para a Paz* que 40% tinham sofrido tentativas de homicídio. O mesmo estudo refere ainda que as armas de fogo existentes em Portugal foram usadas em 87% dos roubos registados em 2006 e 2007.

Embora exista um mercado ilegal de armas no nosso país, é possível estimar-se que a quantidade de armas de fogo em posse civil ronde as 2,6 milhões. Apenas 54% estão legalizadas (processo da exclusiva competência da *PSP-Polícia de Segurança Pública*). Em termos de licenciamento, refere a polícia no relatório "Atividade do Departamento de Armas e Explosivos da PSP 2011" que no ano passado foram emitidas 20.845 licenças. *O Núcleo de Estudos para a Paz* acrescenta que 84,5% dos licenciamentos são referentes a armas de caça, mas a arma que é mais frequentemente usada – e que por isso é mais perigosa – é o revólver/pistola. Preocupante é perceber que, segundo o estudo feito em Portugal, quatro armas são extraviadas/roubadas todos os dias. A maioria são espingardas.

Dados que seriam mais do que suficientes para todos nós, portugueses ou residentes em Portugal, ficarmos preocupados com o texto que está em negociação para o Tratado de Comércio de Armas. Mas se mais argumentos forem necessários, é importante referir que estão neste momento abertos dois processos relativos à compra, em 2004, de dois submarinos à empresa alemã *Ferrostal* pelo estado português (na altura Paulo Portas era Ministro da Defesa e Durão Barroso líder do governo). Um negócio que a eurodeputada Ana Gomes cifra em 1.210 milhões de euros. O primeiro processo (de 2006), em fase de inquérito, refere-se à compra dos submarinos, estando em causa crimes de corrupção e participação económica em negócio e branqueamento. O segundo (de 2009) diz respeito às contrapartidas dadas, estando acusados 10 gestores alemães e portugueses dos crimes de falsificação de documentos e burla qualificada. O julgamento está marcado para setembro.

A isto soma-se a polémica compra de seis blindados (entre outros equipamentos) para a Cimeira da NATO que decorreu em Lisboa a 19 de novembro de 2010. Um negócio de cinco milhões de euros que não teve concurso público, pela urgência da reunião de líderes mundiais. Porém apenas dois carros deram entrada no país, já após o evento. Importa referir que Portugal gasta com Defesa a média do que investem os países da zona Euro, ou seja: 2,1% do PIB, o que segundo o *SIPRI* equivaleu em 2010 a 3.640 milhões de euros[1]. Também no que diz respeito ao Tratado de Comércio de Armas, Portugal tem sido consentâneo com a posição da maioria dos Estados da União Europeia. Lê-se no documento entregue às Nações Unidas a 29 de março de 2007 com a posição portuguesa: "Portugal apoiou desde a primeira hora a adoção de um tratado que regule o comércio de armas convencionais"[2]. Acrescenta que deve ser o mais abrangente possível e incluir todos os "Parâmetros/Critérios" de um Tratado "robusto". Diz ser "pertinente" criar um registo internacional dos relatórios nacionais sobre transferências de armas. No entanto, deixa também claro que "o novo tratado deverá reafirmar o direito inalienável dos Estados à legítima defesa, individual e coletiva".

1 Dados disponíveis na *The SIPRI Military Expenditure Database*, http://milexdata.sipri.org/
2 *"Towards an arms trade ttreaty: establishing common international standards for the import, export and transfer of conventional arms. Reporto f the Secretary-General*, General Assembly, A/62/278 (Part II), 17 de agosto de 2007.